



Cidadania no campo



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS**

PROCESSO

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2016  
VOLUME I**



2017/34491/000003

## 5. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 5.1 APRESENTAÇÃO

Objetivando o cumprimento do Art.10, item IV, da Instrução Normativa n.º 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o presente relatório tem como principal finalidade apresentar o resultado dos objetivos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, dentro dos Programas Temáticos e do Programa de Manutenção desta Autarquia, descrevendo e demonstrando o desempenho de suas ações, evidenciando suas metas. Faz uma análise enfocando os aspectos da eficiência e economicidade das atividades desenvolvidas no exercício de 2016.

O Relatório de Gestão desta autarquia é peça que compõe a Prestação de Contas Anual 2016, em cumprimento aos dispositivos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e Legislação Complementar, constituído também de embasamento legal, destacando a legislação principal que rege a matéria de planejamento, orçamento e execução da despesa.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, sendo responsável pela prestação de serviços de ATER ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Seus trabalhos caracterizam-se pela ação socioeducativa e visão sistêmica que envolve famílias, comunidades, ecossistemas e territórios e conta com abrangência de 92 Unidades Locais de Execução de Serviços - ULES, atuando em todos os municípios tocaninenses. O escritório central da administração geral do órgão possui sede em Palmas, capital do Estado, e as unidades locais são coordenadas e supervisionadas por 07 (sete) escritórios regionais localizados nas cidades de Araguatins, Araguaína, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi e Taguatinga.

Os extensionistas prestam serviços de apoio, desenvolvimento e busca de inovações para o beneficiamento e comercialização dos produtos, dos serviços agropecuários e não agropecuários e desenvolvem processos de produção e gestão de pequenos negócios, sendo que este trabalho é desenvolvido inclusive nas atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. A ATER é considerada pela Lei Federal 12.188/2010 como educação não formal, de caráter continuado no meio rural.

Com base nas exigências legais do Tribunal de Contas do Estado - TCE, através da Instrução Normativa n.º. 006/2003 de 25 de junho de 2003 e do Decreto n.º. 2.595 de 06 de dezembro de 2005, este documento é uma prestação de contas à sociedade por meio do relato de programas, projetos e ações planejadas e executadas no ano de 2016. Todas as ações são voltadas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social dos agricultores familiares.

### 5.2 BASE LEGAL

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, foi criada pela Lei n.º 20, de 21 de abril de 1989, regulamentada pelo Decreto n.º 10.643/1994 de 11 de julho de 1994, sendo uma entidade da Administração Indireta, constituída sob a forma de Autarquia, com personalidade jurídica de direito público, possui sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo território estadual.

Subordina-se administrativamente ao Governo do Estado, e vincula-se a Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – SEAGRO.

O RURALTINS, como órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, é responsável pela prestação de serviços de ATER ao público da agricultura familiar e também pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, regido também pela Lei Federal nº 12.188/2010, de 11 de janeiro de 2010.

Esta entidade autárquica obedece também a Lei, n.º 2.844, de 31 de março de 2014, que “dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências”, o qual evidencia a estrutura operacional, com a denominação das unidades setoriais do RURALTINS.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública Estadual, vinculada a Secretaria da Agricultura e Pecuária - SEAGRO, criada pela Lei nº. 020 de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado, cumprindo a execução orçamentária com base na Lei Orçamentária Anual, Lei 3.052, de 21 de dezembro de 2015.

### 5.3 MISSÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentado, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

### 5.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Nas questões relacionadas com sua finalidade primordial, qual seja, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o RURALTINS, orienta-se pelas determinações da Lei Federal nº 12.188, de 2010. Na esfera administrativa, a entidade tem suas atividades definidas por legislação federal e estadual. Em relação à administração de recursos humanos, suas ações são pautadas em conformidade com a Lei Estadual n.º 1.818, de 2007.

No desenvolvimento dos trabalhos de execução orçamentário-financeira do exercício de 2016, e na execução dos programas e ações foram observados os princípios e critérios que norteiam a elaboração e implantação do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, aprovado pela Lei n.º 3.051, de 21 de dezembro de 2015, da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária n.º 3.048 de 21 de dezembro de 2015, da LOA - Lei Orçamentária Anual n.º 3.052, de 21 de dezembro de 2015, Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/10.

Nas compras: a Lei de Licitação e Contratos n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, Decreto n.º 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 3.722 de 09 de janeiro de 2001, Decreto n.º 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto n.º 3.504 de 05 de agosto de 2005, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 6.204 de 05 de setembro de 2007, Decreto n.º 6.170 de 25 de julho de 2007, Portaria Interministerial n.º 507/2011, Lei n.º 4.320/64, da Lei Complementar n.º 101/00 (LRF) e das normas e determinações existentes neste Instituto.

Houve aumento no valor do orçamento de R\$ 6.296.236,00, correspondente a 11,40% do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pelo art. 7º, inciso III da Lei Orçamentária Anual nº 3.052 de 21 de dezembro de 2015, devido a necessidade de suplementação para pagamento da folha dos servidores, conforme demonstrado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	55.251.548,00	100,00
( - ) Reduções	( 2.719.000,00)	(4,92)

Suplementações	9.015.236,00	16,32
<b>TOTAL</b>	<b>61.547.784,00</b>	<b>111,40</b>

Fonte: Anexo 2 orc/opção 2 - SIAFEM



## 5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

Do valor total autorizado para despesas correntes de R\$ 51.935.623,00 (cinquenta e um milhões, novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte três reais), observa-se que os recursos foram aplicados em 97,05% de forma satisfatória.

Nas despesas de capital o percentual de aplicação ficou na casa dos 19,60%, muito aquém do que fora planejado. A baixa aplicação dos recursos surgiu em decorrência da frustração de receitas oriundas de convênio e contratos de repasses previamente planejados para aparelhamento, reaparelhamento e aquisição de veículos destinados as Unidades de apoio e execução de serviços do Instituto.

Se confrontarmos a aplicação total dos recursos com a estrutura física e funcional disponibilizada para realização dos serviços prestados pela instituição, pode-se considerar o trabalho realizado como satisfatório.

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	51.935.623,00	50.405.507,58	1.530.115,42	97,05%
Despesas de Capital	9.612.161,00	1.883.559,94	7.728.601,06	19,60%
<b>TOTAL</b>	<b>61.547.784,00</b>	<b>52.289.067,52</b>	<b>9.258.716,48</b>	<b>84,96%</b>

Fonte: Anexo 2 (Executada = pago + a pagar) - SIAFEM

No exercício de 2016 os recursos orçamentários foram alocados em 06 fontes e tiveram sua execução conforme segue:

- Os recursos da fonte 0100, oriundos dos cofres do tesouro estadual, representaram 79,73% dos recursos e apresentando um grande índice de execução, 92,10%. O êxito na aplicação se justifica pelo fato que nesta fonte estão contidas despesas com pessoal e ações do programa de gestão e manutenção, não dependendo de recursos externos e de procedimentos licitatórios para efetivação dos gastos;
- Os recursos da fonte 0103, que são de contra partida do estado, representaram 0,46% dos recursos e foram destinados a contra partida dos recursos de convênio.
- Os recursos da fonte 0104, tratam-se de emendas parlamentares estaduais, portanto com destinação específica. Em face desta prerrogativa, os recursos dependem de direcionamento do parlamentar, todavia, os recursos destinados à execução pelo próprio Instituto, que representaram 1,64% do total e não tiveram execução.
- A fonte 0225 representou 7,67% dos recursos orçamentários do Instituto no exercício de 2016, alocados em ações importantes tais como: orientação e assistência técnica e extensão rural, implantação de hortas e capacitações de técnicos e de agricultores familiares em tecnologias apropriadas para agricultura familiar. Estas ações, por sua natureza, são financiáveis principalmente pelo Governo Federal, apresentando aplicação de 19,37%.
- Quanto às receitas da fonte 0240, tratam-se de proventos por remuneração dos serviços de assistência técnica e extensão rural e de elaboração de projetos creditícios desenvolvidos pelo Instituto, pagos pelo produtor rural, entidades privadas ou pelo governo federal por meio de chamadas públicas e contratos.
- Os recursos da fonte 4220, são recursos vindos do Banco Mundial, e não teve execução.

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADO	SALDO	PERCENTUAL EXECUTADO
0100 Recursos ordinários	49.069.242,00	45.192.606,51	622.277,10	92,10%
0103 Contra partida	285.918,00	190.339,84	95.578,16	66,57%
0104- Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	1.010.000,00	0,00	1.010.000,00	0,00%
0225 Rec. de Convênios com Órgãos Federais	4.720.000,00	914.334,44	3.247.273,96	19,37%
0226 Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00%
0229 Operações Financeiras não Reembolsáveis- Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00%
0240 Recursos Próprios	2.962.624,00,00	2.094.499,84	783.587,26	70,70%
4220 Operações de crédito externas - em moeda	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	0,0%
<b>TOTAL</b>				<b>78,62%</b>

Fonte: Anexo 11 - SIAFEM

## 5.6 EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

Vide anexo do sistema de acompanhamento do PPA, págs 22 à 108.

### 5.6.1 NOTA EXPLICATIVA SOBRE AS METAS FÍSICAS

Vide anexo pág. 109.

## 5.7 RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Não existem projetos desta natureza neste instituto.

## 5.8 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

No ano de 2016 o Ruraltins firmou novas parcerias com o governo federal e administrou as parcerias já estabelecidas anteriormente. Os convênios, contratos de repasse e contratos de prestação de serviços somam um total de 22 parcerias acumulando um volume de R\$ **39.746.929,63**.

As parcerias firmadas estão em estágios diferentes, contemplando desde a fase de aprovação e planejamento da execução até a fase de homologação da prestação de contas, como observado nas tabelas 1 e 2 abaixo que, identifica e apresenta de forma sucinta as situações individuais de cada convênio, chamada pública, contrato de repasse e contrato de prestação de serviços.

### CONVÊNIO MDA/CAIXA 0266974-98/2008

Fortalecer a capacidade da população em desenvolver suas potencialidades por meio de implantação de 17 hortas comunitárias no modelo produção alternativa sustentável e realização de cursos de capacitação para agricultores em olericultura de base agro-ecológica, produção de farinha e associativismo/ cooperativismo.

Com a implantação do projeto/convênio "Qualidade na Mesa", especificamente com a implantação das hortas comunitárias, foi observada uma considerável melhoria na vida das famílias. Através das 16 hortas implantadas, foi possível beneficiar diretamente 252 Agricultores Familiares que passaram a ter mais qualidade e diversidade dos alimentos consumidos, através do incremento de verduras frescas e sadias, livres de pesticidas, produzidas sem resíduos químicos e agrotóxicos, além de ter gerado renda com a comercialização dos produtos excedentes. Alguns agricultores puderam relatar que notaram mudanças no quadro de saúde de seus familiares após o desenvolvimento do projeto, já que, com a mudança no hábito alimentar, a partir do consumo de alimentos reguladores (hortaliças e frutas), ricos em minerais e vitaminas, algumas doenças inerentes à alimentação inadequada, deixaram de ocorrer. Outro resultado importante observado com a implantação da horta diz respeito ao aproveitamento da mão de obra familiar, já que as mulheres, jovens e idosos têm sido os principais envolvidos nas atividades de horticultura e manejo dos frangos, além de alguns idosos relatarem que tais atividades têm servido como terapia.

O processamento da mandioca, através dos cursos de produção de farinha qualificou 341 agricultores, agregou valor ao produto, promoveu a geração de renda e visou atender as exigências da vigilância sanitária, além de ter estimulado as comunidades rurais a trabalharem de forma associada.

capacitações em associativismo e cooperativismo beneficiaram 351 agricultores, a partir destas, foi possível traçar um diagnóstico sobre a realidade organizacional das comunidades beneficiadas, além de despertar o interesse para fortalecimento e revitalização das associações, no caso dos locais onde ainda não existe associação formalmente constituída, o interesse na criação também ficou explícito. Observa-se que a organização coletiva das comunidades tem facilitado a aquisição de insumos para produção, fortalecendo as cadeias produtivas, principalmente na fase da comercialização e escoamento da produção.

O convênio foi executado integralmente. Encaminhamos, inicialmente, o Relatório de Execução de Atividade - REA para o MDA e estamos aguardando a análise e posterior resposta do referido ministério, fato este que impossibilita encaminhar a prestação de contas, que só poderá ser concluída após a homologação do REA pelo MDA.

### Convênio 772342/2012 - Fortalecimento das cadeias produtivas da silvicultura, leite e do peixe.

Meta de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Silvicultura - as atividades desta meta foram realizadas pelo RURALTINS em conjunto com a SEINFRA e EMBRAPA, sendo que foi realizado pelo RURALTINS o redimensionamento da área e do local onde serão construídas as edificações; levantamento topográfico e planialtimétrico da nova área e a sondagem do terreno. O projeto está em processo de ajuste físico e financeiro junto a SEINFRA e a Caixa Econômica Federal.

Meta de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Leite - O objetivo desta meta é de fortalecer a cadeia produtiva do leite no Estado do Tocantins, pois a Bovinocultura de leite e sua cadeia produtiva com um todo é uma atividade que desponta na economia tocantinense com grande potencial para geração de empregos no rural e urbano, aumentando a renda do produtor, além de incentivar a fixação do homem no campo. Apesar de ainda ser explorada de forma rudimentar, a atividade possui forte tendência à expansão, graças a crescente demanda dos mercados consumidores. Diante deste cenário a quantidade de recursos financeiros investidos nesta meta foi de 594.450,00 sendo que foram compradas 55 unidades de tanques de expansão de 1000L e 15 unidades de tanques de expansão de 500L, totalizando o valor citado acima. No entanto, estes tanques de expansão que foram distribuídos de forma avaliativa em parceria com o SENAR/TO, em diversas regiões/ cidades do Estado do Tocantins, tem a finalidade de melhorar a renda das famílias que desenvolvam atividades na pecuária leiteira, fortalecendo os produtores rurais por meio da qualificação e da difusão de tecnologias apropriadas ao setor, com isso ampliando a produção de leite no Estado do Tocantins.

Meta de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Peixe - Através dos resultados das pesquisas realizadas com os equipamentos contemplados no convênio, será possível fornecer dados confiáveis para monitoramento genético de matrizes, que promoverá o melhoramento genético e consequentemente a produção de formas jovens com melhor crescimento, produtividade e rusticidade, disponibilizando aos piscicultores tecnologia para potencializar a produção de peixe. Foi adquirido no ano de 2016, 01 equipamento (analisador de DNA). O valor investido nesta meta foi de R\$ 334.638,49 (trezentos e trinta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos). Os outros equipamentos, constantes no projeto, não foram adquiridos porque não houve repasse do recurso por parte do concedente.

### Convênio 335820-07/2010 - Fortalecer a Cadeia Produtiva da Mandioca no Território da Cidadania do Bico do Papagaio.

O Convênio em questão beneficiou 26 Técnicos do RURALTINS e 270 Agricultores Familiares no Território da Cidadania do Bico do Papagaio. Proporcionou aos técnicos e às comunidades rurais dos municípios selecionados um conhecimento aprimorado sobre as práticas de higiene e as boas práticas na fabricação de alimentos e no processamento/beneficiamento da Mandioca, os quais técnicos e agricultores não possuíam. Anteriormente ao treinamento, as comunidades beneficiadas praticamente não tinham nenhum conhecimento ou informação sobre práticas de higiene e boas práticas na fabricação de alimentos. O ganho para estas comunidades selecionadas não foi simplesmente em aprender a fazer farinha ou extrair polvilho, mas sim para a sociedade como um todo, que terá uma segurança alimentar com mais garantia, de produtos fabricados com melhores condições de higiene, tendo em vista que houve um melhor entendimento por parte dos agricultores, que a partir das informações repassadas na capacitação, passaram a ter maior preocupação na forma de fabricação dos seus produtos e subprodutos da mandioca. Com a melhoria na qualidade dos produtos, a comercialização foi outro ganho que surgiu.

A abertura de novos mercados consumidores e a eliminação de concorrência com atravessadores também foi mais uma vantagem. Os agricultores familiares foram instruídos a comercializar via Associação/Cooperativa, embalando e rotulando seus produtos, passando assim a obter maior retorno na venda. Outro benefício obtido após o treinamento foi que os agricultores passaram a adotar o aproveitamento dos subprodutos, que antes eram desperdiçados. Da manipueira, que antes era descartada, passaram a obter herbicida natural, controle de nematoides e fabricação de tijolinhos; das sobras e casca das raízes, passaram a fazer ração para os bovinos e aves; na extração do polvilho (após secagem) ou goma, podem extrair o tucupi, que após fervura e tempero pode ser utilizado em pratos culinários e como molho de pimenta; e na culinária, na fabricação de bolos, biscoitos, pudins, sorvete, brigadeiro, etc., agregando valor e incrementando a renda familiar.

O resultado social para as comunidades beneficiadas é que as suas terras tem grande potencial produtivo para a mandioca, porém as instalações ainda estão muito aquém do que necessitam para competir com concorrentes de outros Estados, como o Pará, que já possui instalações adequadas aos padrões necessários e que possui agricultores organizados. Os agricultores afirmam que são necessários mais investimentos por parte do governo federal na aquisição de máquinas e equipamentos e também na reforma/construção de casas de farinha, e de acordo com a exigência da vigilância sanitária.

Tivemos a capacitação de 26 técnicos e 251 agricultores no processamento de mandioca e fabricação de farinha e polvilho para a obtenção de produtos de qualidade e seguros. A execução do projeto alcançou sua integralidade, sendo, portanto, encaminhado o relatório da prestação de contas do convênio para análise.

#### **Convênio 788207/2013 - Capacitação de Técnicos no ABC.**

Foram realizadas Capacitações teóricas continuadas de técnicos de ATER do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, Ruraltins, visando à transferência das tecnologias previstas no Plano ABC para o setor produtivo e a ampliação das áreas produtivas adotantes de práticas sustentáveis. Sendo as capacitações nas mais diversas áreas, como: Correção do solo e adubação, Produção e utilização de forragem, Integração lavoura-pecuária-floresta, Sistema de Plantio Direto, Recuperação de pastagens degradadas, Técnicas de Conservação de solo, Irrigação, Nutrição de bovinos, Cálculo de ração e confecção de mapas para pecuária leiteira, Cria e Recria de Novilhas Leiteiras e Qualidade do Leite. Ocorreram ainda, Capacitações práticas continuadas com a implantação de uma Unidade de Referência Tecnológica (URTs) por cada técnico de ATER participante do projeto. Tais URTs consistem em propriedades atendidas pelos técnicos participantes, nas quais, estes utilizam uma metodologia de intervenção nos sistemas produtivos definida pela coordenação do projeto, visando o aumento da eficiência produtiva por meio da implantação de tecnologias sustentáveis e de baixa emissão de carbono. Por fim, foram realizados dias de campo nas URTs conduzidas pelos técnicos como ferramenta metodológica de divulgação dos resultados obtidos em cada uma, sendo os dias de campo, realizados com ajuda financeira de parceiros, uma vez que o convênio não previa recurso para o mesmo.

Os resultados obtidos foram: 45 técnicos capacitados em tecnologias do Plano ABC com foco em classificação de solos e técnicas de conservação de solos e; 21 técnicos capacitados em tecnologias do Plano ABC Leite com foco em manejo de novilhas leiteiras; 25 propriedades/produtor, sob sistemas agropecuários sustentáveis do Plano ABC (Projetos ABC TO e ABC Leite TO) assistidos e orientados tecnicamente. O convênio foi executado em sua integralidade e a prestação de contas, encaminhada para análise.

#### **Convênio 035185/2015 - Ampliação de ações de transferência de tecnologias do Plano ABC no Estado do Tocantins - ABC TO**

O repasse do convênio ocorreu somente no mês de dezembro de 2016, o que impossibilitou o início da execução das atividades na época prevista. Houve, entretanto, um planejamento das ações e a seleção do público a ser atendido pelo projeto - técnicos que atendem propriedades de gado de corte, visando à recuperação de pastagens, a integração lavoura pecuária e sistema plantio direto. O ABC Leite TO trabalha, exclusivamente, com a temática de sistemas sustentáveis de produção de leite voltados para o Tocantins. A presente proposta propõe mais um processo de capacitação continuada voltada exclusivamente para a "Transferência de tecnologias para Integração Lavoura Pecuária Floresta" (ABC ILPF). Tais processos de capacitação continuada são coordenados pela Embrapa Pesca e Aquicultura e operacionalizados em parceria com as demais instituições participantes do CGE/ABC-TO, principalmente o Ruraltins.

#### **Convênio 813658/2014 - Capacitação inicial dos técnicos**

O objetivo principal deste instrumento é a capacitação inicial dos técnicos que adentraram ao quadro deste Instituto, via o último concurso, e necessitavam de aprimoramentos para lidarem com os serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER. O quantitativo previsto e o conteúdo programático atenderam as expectativas pactuadas, possibilitando aos técnicos e a instituição ofertar serviços de qualidade aos produtores rurais, especialmente aos de base familiares. Ressalta-se que, estudos de Del Grossi (2012), adaptado de IBGE, 2006, apontam que os agricultores assistidos regularmente tem sua produtividade aumentada em até 362% por hectare, informação que nos permite afirmar que, os serviços de ATER são fundamentais para o desenvolvimento rural, além de afetarem positivamente a sociedade urbana. O convênio foi realizado por meio de módulos de curso para os (as) técnicos (as) da área econômica social e ambiental. Ao todo, foram contemplados 90 extensionistas efetivos, de acordo com sua área de formação. A formação focou de forma contundente na nova política de ATER preconizada pelo MDA, como forma de sintonizar os (as) novos (as) técnicos (as) na visão construtiva e participativa da nova ATER. Além de estimular as potencialidades e vivências de cada técnico (a), lapidando-as para a prática atual. O referido convênio foi executado em sua integralidade e a prestação de contas, encaminhada para análise.

#### **Convênio 787124/2013 - Estruturar as unidades de atendimento dos agricultores familiares visando à ampliação dos serviços de ATER**

Objetivo deste convênio é a aquisição de 40 (quarenta) veículos utilitários, 01 (um) veículo pick up e 17 (dezesete) GPS, para dar melhores condições de trabalho aos técnicos deste Instituto, prestando assim uma melhor assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais. No ano de 2016 foram adquiridos 30 veículos utilitários e 17 GPS, para reestruturar as unidades locais de execução de serviços do Ruraltins, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados aos agricultores familiares do Estado do Tocantins. O convênio encontra-se em execução.

#### **Convênio 837123/2016 RURALTINS/MAPA - ATER PARA MÉDIO PRODUTOR.**

Objeto - Prestar assistência técnica a 200 médios produtores rurais do Estado do Tocantins, com foco na gestão da propriedade e desenvolvimento tecnológico nas cadeias produtivas de pecuária de corte e mista, culturas anuais (arroz, feijão e mandioca) e fruticultura irrigada. Propostas aprovadas para iniciar a execução.

#### **Convênio 839847/2016 RURALTINS/MAPA- OPORTUNIDADE.**

Objeto - Apoiar na promoção do desenvolvimento de produtores rurais por meio de introdução de novas tecnologias de gestão e manejo direcionado através da ATER e dos ciclos de capacitação priorizando as cadeias: mandioca, mel, leite, bovinos de corte e leite, caprinos, ovinos, frutas e aves. Propostas aprovadas para iniciar a execução.

#### **Convênio 835818/2016 RURALTINS/SEAD, QUINTAL VERDE II.**

Objeto - Fomentar nas comunidades rurais a implantação de lavouras de subsistência através de aquisição de sementes selecionadas/ ou certificada de milho e feijão caupi e a implantação de hortas, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade social no Estado do Tocantins. Propostas aprovadas para iniciar a execução.

#### **Convênio 839125/2016 RURALTINS/SEAD, PROCAMPO.**

Objeto - Promover assistência técnica e extensão rural, inclusão social, melhoria da produtividade e do acesso aos mercados. Propostas aprovadas para iniciar a execução.

#### **Contrato 201/2013 - Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública Lote 49**

Foram realizadas as seguintes atividades:

186 Caracterizações da Unidade Familiar de Produção (UFP)- Visita individual as famílias selecionadas, caminhada na propriedade e levantamento da produção;

13 Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – Atividade coletiva realizada através de técnicas e ferramentas que permitiram que houvesse uma interação entre comunidade e o técnico, utilizando este método as comunidades construíram seu próprio diagnóstico e a partir daí começaram a autogerenciar o planejamento e a execução das atividades. Os participantes puderam compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação.

13 Planejamento Inicial - Trata-se de oficinas, com duração de 16 horas cada, para identificação dos grupos de interesses, visibilidade dos trabalhos das mulheres e jovens atendendo as demandas de todos os membros do grupo familiar.

Durante as oficinas foi realizado o planejamento inicial discutindo quais as atividades e temáticas coletivas e individuais que iriam atender a realidade das famílias, ainda foi elaborado um calendário de atividades da família, contendo especificadamente o trabalho da mulher, do homem e do jovem rural.

31 Visita de acompanhamento da UFP - Foi realizado acompanhamento das unidades produtivas, com duração de 2 horas cada. As visitas de orientação técnica tiveram como objetivos a partir da realidade socioeconômica e ambiental, acompanhar, informar, pesquisar, assessorar, transferir, validar, demonstrar e orientar tecnicamente o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, processamento dos produtos, os processos de comercialização (logística, mercados, composição de preços, venda e entrega de produtos), empoderamento da mulher e do jovem, segurança alimentar e nutricional, o gerenciamento da UFP e a organização social. Orientações técnicas foram dirigidas aos agricultores, mulheres e à juventude rural, visando à troca de conhecimento e de informações.

49 Demonstrações Técnicas - Utilizado para introduzir novas práticas ou melhorar as existentes, combinando os três principais fundamentos: ver, ouvir e fazer; demonstrando como fazê-las e permitindo que os participantes as pratiquem, com o objetivo de oportunizar através da experimentação, reflexão e descoberta, o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre determinada atividade agropecuária, ambiental ou social.

As atividades visam consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia já existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, no Estado do Tocantins, de forma que implementem e proponham diferentes modos de inserção das atividades agrícolas e rurais familiares no tecido econômico e social local, uma vez que as alternativas de produção convencionais mostram seus limites e dão sinais de esgotamento.

Em razão do projeto do Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública está na fase inicial (1º ano) às ações que proporcionam maiores benefícios aos agricultores ainda não foram executadas.

**Contrato 185/2013 - Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública Lote 47.**

Foram realizadas as seguintes atividades:

263 Caracterização da UFP- Visita individual as famílias selecionadas, preenchimento de questionário, caminhada na propriedade e levantamento da produção.

16 Diagnóstico Rural Participativo- DRP - A atividade irá ser realizada por um conjunto de procedimentos metodológicos participativos, sendo realizadas de forma coletiva, de acordo com as demandas de uma comunidade ou dos grupos de interesses. Serão consideradas as especificidades sociais, de gênero e geração. Irá apontar os principais problemas e potenciais das diferentes tipologias de agroecossistemas.

15 Planejamento Inicial- Atividade de caráter coletivo, que tem por objetivo a formulação de estratégias e ações para intervenção em grupo, comunidade, assentamento, município ou território, construída a partir das informações obtidas no diagnóstico. O documento deverá apresentar a metodologia utilizada pela entidade para o monitoramento do projeto, visando identificar os resultados alcançados tendo como base o objeto do contrato.

38 Visita de Acompanhamento- São dirigidas orientações técnicas aos agricultores, mulheres e a juventude rural visando a troca de conhecimentos e de informações.

33 Demonstrações Técnicas- utilizar técnicas para melhorar as existentes e adotar novas práticas agroecológicas como adubação orgânicas, compostagem, biofertilizantes, defensivos naturais, cobertura morta, adubação verde, oportunizando o acesso a novos conhecimentos sobre determinadas atividades agropecuárias, ambiental e social.

As atividades visam consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia já existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, no Estado do Tocantins, de forma que implementem e proponham diferentes modos de inserção das atividades agrícolas e rurais familiares no tecido econômico e social local, uma vez que as alternativas de produção convencionais mostram seus limites e dão sinais de esgotamento.

Participaram destas atividades todas as famílias interessadas, com DAP ativa, cuja comprovação foi feita por meio da assinatura da lista de Presença da atividade;

Em razão do projeto do Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública está na fase inicial (1º ano) às ações que proporcionam maiores benefícios aos agricultores ainda não foram executadas.

**Contrato 195/2013 - Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública Lote 46**

Foram realizadas as seguintes atividades:

A partir das Reuniões Iniciais realizadas com as Famílias Selecionadas - As famílias beneficiárias foram organizadas, de acordo com a demanda identificada, possibilitando a constituição de grupos que servirão de base para os diagnósticos, onde realizou:

202 Caracterizações das UFP – iniciando o processo de assistência técnica, com a aplicação de um questionário disponibilizado pelo MDA esta atividade teve duração de 3 horas, identificando as questões e temas de maior interesse para os grupos (ex: produção, beneficiamento, mercado etc.), a fim de subsidiar e orientar os diagnósticos futuros.

20 Diagnóstico – esta atividade com duração de 8 horas foi realizada por um conjunto de procedimentos metodológicos participativos sendo realizadas de forma coletiva, de acordo com as demandas de uma comunidade ou dos grupos de interesses. Onde foi consideradas

as especificidades sociais, de gênero e geração, apontando os principais problemas e potenciais das diferentes tipologias de agroecossistemas.

20 Planejamento Inicial - Atividade de caráter coletivo com duração de 16 horas, que teve o objetivo a formulação de estratégias e ações para intervenção em grupo, comunidade, assentamento, município ou território, construída a partir das informações obtidas no diagnóstico.

174 Visitas de Acompanhamento da UPF - Foram realizadas acompanhamento das unidades produtivas, com duração de 2 horas, assistindo as famílias/aos agricultores, mulheres e a juventude rural em seu processo econômico, social e ambiental, envolvendo todos os membros das Unidades Produtivas.

105 Demonstrações Técnica - Foram realizadas demonstrações técnicas, após o levantamento das temáticas e discutidas com os beneficiários nas atividades anteriores, propôs introduzir novas práticas ou melhorar as existentes, combinando os três principais fundamentos: ver, ouvir e fazer; demonstrando como fazê-las e permitindo os participantes praticarem. Oportunizando o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre determinadas atividades agropecuária, ambiental e social.

Em razão do projeto do Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública finaliza o Ano 1.

#### Contratos de Prestação Assistência Técnica Extensão Rural - ATER - Chamada Publica do INCRA 01/2014

O Ruraltins foi vencedor de 07 lotes de um total de 12 apresentados pela Chamada Publica nº 01/2014 para executar serviços de assistência técnica e extensão rural a um publico de 8.395 agricultores familiares beneficiários da reforma agrária no estado do Tocantins.

Todo esse publico está dividido em 129 Projetos de Assentamentos instalados em 40 municípios abrangendo todas as regiões do estado do Tocantins. Para atendimento desses agricultores o Ruraltins direcionou 111 técnicos com formações que vão das áreas agrárias passando pelas socioeconômicas até as áreas ambientais e 07 coordenadores de equipes compreendendo 1 coordenador para cada lote vitorioso. Além dessa equipe há ainda uma coordenação geral que atua junto aos coordenadores de lotes e à equipe de campo.

Em 2016 o Ruraltins empreendeu a estruturação dos escritórios que serão os Núcleos Operacionais de cada lote equipando com equipamentos de informática, mobília e veículos estes núcleos que serão as referencias de atendimento para os agricultores atendidos e também base operacional tanto para o Ruraltins como para o INCRA no trato com os beneficiários.

O contrato nº 12.000/2015 compreende ao Lote 03 cujo Núcleo Operacional está localizado no município de Araguaína não iniciou suas atividades em função da restrição orçamentária por que passa o INCRA, bem como os contratos nº 13.000/2015 - Lote 04 com Núcleo Operacional no município de Axixá do Tocantins, o contrato nº 14.000/2015 - Lote 05 com Núcleo Operacional no município de Araguatins e o contrato nº 21.000/2015 - Lote 12 com Núcleo Operacional no município de Santa Fé do Araguaia estando todos em aguardo de orçamento do INCRA para serem estruturados e terem suas atividades iniciadas.

O contrato nº 17.000/2015 compreende ao Lote 08 cujo Núcleo Operacional está localizado no município de Guaraí teve o Núcleo Operacional estruturado e vistoriado pelo INCRA porem não houve a emissão da ordem de serviço autorizada.

O contrato nº 19.000/2015 compreende ao Lote 10 cujo Núcleo Operacional está localizado no município de Natividade teve o Núcleo Operacional estruturado e a ordem de serviço autorizada, tendo a primeira atividade do plano de trabalho: Seminário de Nivelamento Conceitual realizada no mês de Dezembro.

O contrato nº 20.000/2015 compreende ao Lote 11 cujo Núcleo Operacional está localizado no município de Gurupi teve o Núcleo Operacional estruturado e a ordem de serviço autorizada, tendo a primeira atividade do plano de trabalho: Seminário de Nivelamento Conceitual realizada no mês de Dezembro.

O volume de recursos contratados nesta prestação de serviços alcança o montante de R\$ 15.752.190,36 (Quinze milhões setecentos e cinquenta e dois mil cento e noventa reais e trinta e seis centavos). O custo total estimado para a execução total dos serviços está estimado em cerca de 49,25% do total contratado atingindo cerca de R\$ 7.757.604,70 (Sete milhões setecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e quatro reais e setenta centavos).

Tabela 1

CONVÊNIOS E CONTRATOS CONCEBIDOS							
Ord.	Nº	OBJETIVO	CONCEDENTE	VALOR	VIGENCIA SITUAÇÃO	STATUS	Prestação de Contas
01	0266974-8/2008 MDA/CAIXA	Fortalecer a capacidade da população em desenvolver suas potencialidades por meio de implantação de 17 hortas comunitárias no modelo produção alternativa sustentável e realização de cursos de capacitação para agricultores em olericultura de base agro-ecológica, produção de farinha e associativismo/cooperativismo.	MDA	648.904,00	30/11/2015	Prestação de contas em elaboração, aguardando a homologação do REA para concluirmos a prestação de contas.	Em elaboração
02	772342/2012	Fortalecimento das cadeias produtivas da silvicultura, leite e do peixe	MAPA	3.237.000,00	30/11/2016	Em execução	
03	335820-07/2010	Fortalecer a Cadeia Produtiva da Mandioca no Território da Cidadania do Bico do Papagaio.	MDA	132.912,00	30/11/2016		Relatório de prestação de contas encaminhado
04	788207/2013	Capacitação de Técnicos no ABC	MAPA	146.742,50	15/05/2016		Prestação de conta enviada para análise

CONVÊNIOS E CONTRATOS CONCEBIDOS							
Ord.	Nº	OBJETIVO	CONCEDENTE	VALOR	VIGENCIA SITUAÇÃO	STATUS	Prestação de Contas
05	035185/2015	Ampliação de ações de transferência de tecnologias do Plano ABC no Estado do Tocantins - ABC NOVO	MAPA	1.016.000,50	26/11/2019	Em execução	
06	787124/2013	Estruturar as unidades de atendimento dos agricultores familiares visando à ampliação dos serviços de ATER	MDA	1.395.000,00	30/11/2017	Em execução	
06	813658/2014	Capacitação Inicial dos Técnicos	MDA	243.580,00	30/07/2016		Prestação de contas enviada para análise
08	835818/2016	Quintal Verde II	SEAD	1.236.196,90	01/12/2017	Propostas aprovadas para iniciar a execução	
09	839125/2016	Procampo	SEAD	1.874.080,00	01/12/2017	Propostas aprovadas para iniciar a execução	
10	837123/2016	ATER para Médio Produtor	MAPA	861.639,32	01/12/2018	Propostas aprovadas para iniciar a execução	
11	839847/2016	Oportunidade	MAPA	3.057.757,50	29/12/2018	Propostas aprovadas para iniciar a execução	
<b>TOTAL</b>				<b>13.849.812,72</b>			

Tabela 2

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS							
01	133/2013	Assistência técnica a família do crédito fundiário - Chamada Pública	MDA	3.644.781,98	25/04/2017	Em execução	Proposta encerrada
02	201/2013	Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção Da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública - <b>Lote 49.</b>	MDA	2.109.798,05	31/04/2018	Em execução	
03	185/2013	Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção Da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública - <b>Lote 47.</b>	MDA	2.110.283,92	31/04/2018	Em execução	
04	195/2013	Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural para promoção Da agricultura familiar agroecológica, orgânica e Agroextrativista - Chamada Pública - <b>Lote 46.</b>	MDA	2.280.062,66	31/04/2018	Em execução	
05	21.000/2015 Lotes -12	Prestação de Assistência Técnica Extensão Rural - ATER	INCRA	2.360.080,60	30/12/2017	Em execução	
06	20.000/2015 Lotes -11	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	2.391.938,78	30/12/2017	Em execução	
07	19.000/2015 Lotes -10	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	1.567.042,12	30/12/2017	Em execução	
08	17.000/2015 Lotes -08	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	1.871.901,73	30/12/2017	Em execução	
09	14.000/2015 Lotes -05	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	2.389.256,38	30/12/2017	Em execução	
10	13.000/2015 Lotes -04	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	2.182.327,89	30/12/2017	Em execução	
11	12.000/2015 Lotes -03	Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	INCRA	2.989.642,80	30/12/2016	Em execução	

OBS: Não houve execução de Convênios e Contratos concedidos.

## 5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins continua a se empenhar na busca de esforços ilimitados no sentido de buscar o total alcance das metas previstas para o exercício de 2016, no entanto, algumas ações não puderam ser executadas ou finalizadas em tempo hábil, isto se deu, principalmente, devido à crise imposta pela conjuntura macroeconômica que atravessa o país, atingindo também o setor agropecuário. Grande parte do orçamento advindo de Recursos Próprios desta Autarquia deixou de ser arrecadados em razão desta crise, e também, da greve das instituições financeiras e do corpo técnico deste Instituto, responsáveis pelos projetos de créditos rural para financiamento do produtor rural. Estes adventos, corroborou negativamente para a frustração de receitas durante o exercício.

Atualmente o Instituto dispõe de uma estrutura operacional de 01 escritório central, 07 escritórios regionais e 92 unidades locais de execução de serviços, sendo que destes 18 funcionam em prédios próprios, 32 em prédios locados e 45 em prédios cedidos pelas prefeituras através de termo de cooperação mútua. Dispomos de uma frota com 172 veículos em estado de conservação regular, destes, 92 foram adquiridos com recursos próprios, 16 são locados, 39 cedidos por Termo de Cessão de uso da Secretaria do Planejamento, 10 motos e 03 camionetes cedidos por Termo de Cessão de uso da Secretaria da Agricultura, 01 caminhão adquirido com recursos próprios, 01 caminhão com recursos de convênio, que será devolvido ao INCRA, 01 ônibus, 07 camionetes sendo que, 04 foram adquiridas em 2015, e 03 estão aguardando manutenção. No parque tecnológico constam 400 computadores, 130 impressoras, 40 notebooks, 160 GPS, todos com estado de manutenção regular, com essa estrutura o Instituto vem desempenhando ações importantes na busca pelo desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Ressalta-se que no exercício de 2016 houve investimentos significativos na aquisição de veículos, por conseguinte ainda não é suficiente, e ainda vale ressaltar que cerca de 80% da frota está com mais de seis anos de uso, que devido às condições das estradas as quais são submetidos, em sua maioria não pavimentada, seus desgastes ocorrem de forma prematura. Partindo desta premissa e considerando serem ferramentas imprescindíveis para realização dos serviços, torna-se necessário mais investimento para suprir a demanda.

Registra-se ainda que não houve investimentos para cumprir a demanda no parque tecnológico e mobiliário das Unidades de Prestação de Serviços e instalações, tornando imprescindível reforço orçamentário para manter as Unidades em condições adequadas para prestar serviços de qualidade a sociedade.

Nota-se, porém, que embora com estrutura operacional deficitária, utilizando as diretrizes da PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o RURALTINS promoveu ações importantes como a qualificação de servidores por meio de parcerias com outras entidades, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural, prestados aos produtores rurais.

Visando a segurança alimentar e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, o RURALTINS em parceria com o Governo Federal, proveu a aquisição e distribuição de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Direta Local. Este programa trata-se de uma parceria entre o Ruraltins e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, cujo objetivo é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e distribuição simultânea à entidades públicas e privadas de assistência social, além da rede pública de ensino, que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. A proposta para o exercício de 2016 iniciou-se no mês de junho e se estendeu até dezembro, nesse período foram subsidiados 112 municípios, adquiridos 2.133 toneladas de alimentos destinados à 766 entidades atendendo a 209.242 pessoas e movimentando cerca de 6,4 milhões de reais. Os benefícios diretos com atividades desenvolvidas alcançaram dois seguimentos importantes: o produtivo, através da abertura de mercado exclusivo para o agricultor familiar, criando oportunidade para comercialização de seus produtos, que, via de regra, têm dificuldades de acessarem outros mercados por produzirem em pequena escala, ou quando o fazem, são por meio de atravessadores, que na maioria dos casos são explorados economicamente desestimulando a produzirem. Outro seguimento beneficiado são Entidades públicas e privadas de assistência social e rede pública de ensino, pois se tratam de alimentos saudáveis produzidos na própria região, parte são de origem extrativistas e agroecológicos, tais como: lácteos e panificados, contribuem sobremaneira na complementação da alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar.

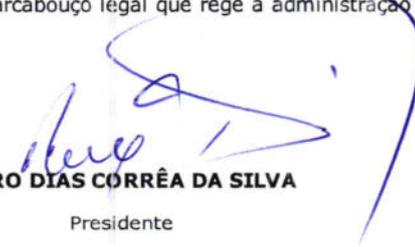
Outra ação de extrema relevância foi quanto à orientação e assistência técnica e extensão rural à cerca de 13.668 (treze mil seiscentos e sessenta e oito) agricultores familiares, com aproximadamente 90 milhões de reais em projetos de crédito rural elaborados, que propiciou além do fomento as atividades no meio rural, a geração de emprego e renda no campo e também no fomento a economia local.

Buscando a segurança alimentar das pessoas, foram implantadas 1.675 hortas distribuídas nos municípios tocantinenses, promovendo a cidadania, através da produção de alimentos saudáveis, otimizando espaços, pouca água, associando a criação de animais, plantas medicinais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e urbanas.

Na área da comercialização da produção, foram promovidos feiras da agricultura familiar, espaço que vai além da venda dos produtos, possibilita a troca de conhecimentos, coloca o agricultor frente a frente ao consumidor o que permite que ele sinta os anseios do seu cliente.

No contexto geral, embora com todas as dificuldades e adversidades quanto às restrições operacionais e orçamentárias, sejam de origem interna ou externa, nota-se que o RURALTINS atuou de forma concisa e sistemática, na construção do pleno exercício da cidadania e na melhoria da qualidade de vida das famílias tocantinenses à luz do aprimoramento contínuo dos procedimentos a serem executados, primando pela observância das diretrizes que constitui o arcabouço legal que rege a administração pública.

Palmas, TO 29 de janeiro de 2017.

  
PEDRO DIAS CORRÊA DA SILVA

Presidente